



# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

## TERMO DE REFERÊNCIA GABINETE DO PREFEITO

<b>SOLICITAÇÃO N°</b>	03/2023
<b>ASSUNTO:</b>	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO 0 KM

### 1. Definição do objeto

Aquisição de 01(um) veículo automotor novo, zero km, categoria: passeio, para o Gabinete do Prefeito. A aquisição do referido veículo será para possibilitar maior segurança e conforto nas constantes viagens do Prefeito, que seguidamente são necessárias para a busca de recursos de interesse do Município, para dar continuidade no andamento de Projetos e Obras que estão em andamento, bem como para os demais servidores do Órgão (Assessoria Jurídica, Controle Interno, Conselho tutelar), quando necessitarem deslocamentos ao Fórum, deslocamento para formação/capacitação na Capital do Estado e outros Municípios.

O veículo não é considerado de luxo conforme estabelece o Decreto Executivo Municipal nº 4.567/2022, tendo em vista que o banco de couro, bem como, a exclusão da cor branca no veículo, são imprescindíveis para facilitar a limpeza já que rodará em estradas de chão, com poeira e barro; o Ar condicionado traseiro é extremamente necessário para os ocupantes do banco traseiro, já que o veículo servirá de locomoção para viagens de percursos longos, a exemplo da Capital do Estado, que exige, no mínimo, 07 horas de viagem contínua e por fim, o valor estimado é condizente com um veículo mais potente, espaçoso e confortável, requisitos necessários para as viagens mais longas, objeto desta aquisição.

Não será necessário a realização de impacto econômico financeiro, pois o veículo Novo a ser adquirido, será em substituição ao atual, o qual será repassado a outra Secretaria.

### 2. Fundamentação da contratação

A contratação pretendida está prevista no Plano de Contratações Anual, conforme demonstrado na planilha anexa, conciliando o item do PAC com o solicitado.

### 3. Descrição da solução como um todo

A solução proposta é a contratação de empresa do ramo atividade pertinente para o fornecimento de veículo zero km, com as características descritas em lista em anexo, o qual deverá ter garantia mínima de 36 meses sem limite de km, a contar da data de entrega.

### 4. Requisitos da contratação

A licitação para contratação do objeto se dará na modalidade de Pregão Eletrônico – Menor Preço.

O veículo deverá ser ofertado por empresa que tenha o ramo de atividade compatível com o objeto licitado. As características do veículo encontram-se nas planilhas anexas.

O veículo deverá ser entregue após a homologação do processo, assinatura do contrato e envio dos pedidos de empenho no e-mail cadastrado da empresa, em até 60 (sessenta) dias, junto à Prefeitura Municipal de Nova Ramada, localizada na Avenida Gustavo König, 95, Centro – Nova Ramada/RS, no horário das 08hs às 12hs e das 13hs às 17hs, com agendamento prévio através do telefone 55 99975-7098 com Sandro – Setor de Almoxarifado (**e-mail para envio das notas fiscais:** [almoxarifado@novaramada.rs.gov.br](mailto:almoxarifado@novaramada.rs.gov.br)), sem custos adicionais ao Município.

O frete do veículo ficará a cargo da contratada, que deverá entregar o veículo devidamente licenciado e emplacado em nome do Município de Nova Ramada; e ainda com as portas dianteiras adesivado o brasão do Município com a identificação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, sem custos adicionais.

Reg. 354  
m3  
P





# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

## TERMO DE REFERÊNCIA GABINETE DO PREFEITO

O veículo deverá ter garantia de no mínimo 36 meses, sem limite de quilometragem, a contar da data de entrega.

O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias, após a entrega do veículo com as descrições solicitadas, emissão da respectiva Nota Fiscal (em nome do MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA) e recebimento definitivo pelo Setor de Almoxarifado e comissão designada por portaria.

### **O orçamento não necessita ser sigiloso.**

O contratado deve comprovar que atua em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos mínimos necessários:

- Estatuto social ou outro equivalente;
- Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e ou/Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da Lei;
- Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimentos dos encargos sociais instituídos por Lei;
- Regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.
- Certidão negativa de feitos sobre falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

Deverá também ser exigido ainda do licitante;

- Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- Declaração de que sua proposta econômica compreendem a integralidade dos custos em atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de entrega das propostas.

Deverá da empresa classificada em primeiro lugar, realizar a consulta das seguintes informações:

- **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS** ([ceiscadastro.cgu.gov.br](http://ceiscadastro.cgu.gov.br)) e **o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP** ([portal.datransparencia.gov.br](http://portal.datransparencia.gov.br));
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br));
- **Lista de Inidôneos**, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU ([contas.tcu.gov.br](http://contas.tcu.gov.br));
- Consultar a Regularidade perante a Fazenda Municipal de Nova Ramada da empresa.

A contratação fica submetida as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 pelo descumprimento do objeto contratado. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações aqui ajustadas poderá ser aplicado as seguintes penalidades:

**3.1.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

73  
P





# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

## TERMO DE REFERÊNCIA GABINETE DO PREFEITO

- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 3.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 3.1, as seguintes sanções, levando em consideração o contido no art. 156 e seguintes da Lei Federal 14.133, de 2021:
- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 3.3.** As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 3.2. poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.
- 3.4.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 3.2 desse termo
- 3.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 3.6.** A aplicação das sanções previstas no item 3.2. deste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 3.7.** Na aplicação da sanção prevista no item 3.2, alínea “b”, do presente termo será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 3.8.** Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 3.2 do presente termo o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 3.9.** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
- 3.10.** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
- 3.11.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do

ma  
f





# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

## TERMO DE REFERÊNCIA GABINETE DO PREFEITO

direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**3.12.** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**3.13.** A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 3.2 do presente termo exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

### 5. Modelo de execução do objeto

O frete do veículo ficara a cargo da contratada, que deverá entregar o veículo, sem custos adicionais.

O veículo deverá ter garantia de no mínimo 36 meses, sem limite de quilometragem, a contar da data de entrega.

### 6. Modelo de Gestão do Contrato

Para a contratação pretendida haverá necessidade de elaboração de Contrato Administrativo, uma vez que a entrega ultrapassa 30 (trinta) dias e haverá compromissos futuros tendo em vista a garantia solicitada. A gestão será realizada pela servidora **Simone Chagas Rodrigues** – Agente Administrativo, matrícula nº 341-7/1, designada através da Portaria nº 135/2023. A fiscalização do objeto e prazos de entrega se dará pelo servidor Sandro Cristiano Höring, matrícula nº 564-9/1 responsável pelo Setor de Almoxarifado, designado pela portaria 138/2023, o qual poderá solicitar auxílio de Comissão a ser designada por portaria, para conferência e aceite do veículo.

### 7. Critérios de medição e de pagamento

O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias, após a entrega do veículo, emissão da respectiva Nota Fiscal (em nome do MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA) e recebimento definitivo pelo Setor de Almoxarifado ou Comissão a ser designada através de portaria.

No pagamento serão efetuadas as retenções conforme legislação vigente, devendo ser observado o Decreto Executivo Municipal nº 4.183/2021.

### 8. Forma e critérios de seleção do fornecedor ou prestador de serviço

O futuro contratado será selecionado mediante Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Eletrônico – Menor Preço

Conforme pesquisa de mercado realizada, para solução da necessidade administrativa, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, vislumbra-se possível, sob o aspecto técnico e econômico, a


m3  
f




**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Nova Ramada, 04 de maio de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
Cristina Breitenbach da Silva  
Secretária Municipal da Fazenda

PROJETO / ATIVIDADE:		2500		2004 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE		CÓDIGO DA DESPESA		8254	
Fonte de Recursos:						Detalhamento da Fonte:		4.4.90.52.00.00	
EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE									
Cód.PAC	ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO		VLR.MÁX.ITEM	VLR.TOTAL	CÓD.ALMOX.	
1	1	1	UND.	Veículo 0 km, 04 portas, na cor (menos branco), capacidade para cinco passageiros c/ motorista incluso, Motor: no mínimo 172CV, ano/modelo 2023/2023, flex, Porta-malas: no mínimo 400lts		194.455,00	194.455,00	24822	
				Tanque de combustível: no mínimo 44lts, Altura mínima do solo: 16cm, Largura mínima: 1,80m p/cinco lugares: Câmbio automático c/ no mínimo 06 marchas, Direção elétrica, Bancos de couro ;					
				Ar condicionado com dutos traseiro.					
				Com todos os itens de série.					
				TOTAL DA DESPESA			194.455,00		

 \_\_\_\_\_  
Prefeito

Empenhos

Almoxarifado 09.05.2023

De acordo com o plano financeiro  
 João D. B. Gomes 05/05/23





# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

## TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA DESPORTO E TURISMO

<b>SOLICITAÇÃO Nº</b>	003/2023
<b>ASSUNTO:</b>	Aquisição de veículo

### 1. Definição do objeto

Aquisição de veículo novo, zero km, destinado aos trabalhos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo. A aquisição do referido veículo será para auxiliar nos deslocamentos para formação/capacitação, reuniões, visitas técnicas, para uso dos servidores da Secretaria de Educação, tendo em vista que será utilizado na substituição do Veículo CHEV/SPIN 1.8 Econoflex AT LTZ, ano de fabricação e modelo 2017/2018, chassis nº 9BGJC7520JB155482, Placas IYC 7537 que está em processo de transferência ao Setor de DESPORTO (por isso não há necessidade de impacto financeiro). O veículo não é considerado de luxo conforme estabelece o Decreto Executivo Municipal nº 4.567/2023.

### 2. Fundamentação da contratação

A contratação pretendida está prevista no Plano de Contratações Anual, conforme demonstrado na planilha anexa, conciliando o item do PAC com o solicitado.

A presente contratação está fundamentada na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, de acordo com o Estudo Técnico Preliminar nº 03/2023, de 08 de maio de 2023.

### 3. Descrição da solução como um todo

A solução proposta é a contratação de empresa do ramo atividade pertinente para o fornecimento de veículo zero km, com as características descritas em lista em anexo, o qual deverá ter garantia mínima de 36 meses sem limite de km, a contar da data de entrega.

### 4. Requisitos da contratação

A licitação para contratação do objeto se dará na modalidade de Pregão Eletrônico – Menor Preço.

O veículo deverá ser ofertado por empresa que tenha o ramo de atividade compatível com o objeto licitado. As características do veículo encontram-se nas planilhas anexas.

O veículo deverá ser entregue após a homologação do processo, assinatura do contrato e envio dos pedidos de empenho no e-mail cadastrado da empresa, em até 60 (sessenta) dias, junto à Prefeitura Municipal de Nova Ramada, localizada na Avenida Gustavo König, 95, Centro – Nova Ramada/RS, no horário das 08hs às 12hs e das 13hs às 17hs, com agendamento prévio através do telefone 55 99975-7098 com Sandro – Setor de Almoxarifado (**e-mail para envio das notas fiscais:** almoxarifado@novaramada.rs.gov.br), sem custos adicionais ao Município.

O frete do veículo ficara a cargo da contratada, que deverá entregar o veículo devidamente licenciado e emplacado em nome do Município de Nova Ramada.

O veículo deverá ter garantia de no mínimo 12 meses, sem limite de quilometragem, a contar da data de entrega.

O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias, após a entrega do veículo com as descrições solicitadas, emissão da respectiva Nota Fiscal (em nome do MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA) e recebimento definitivo pelo Setor de Almoxarifado e comissão designada por portaria.

**O orçamento não necessita ser sigiloso.**

Ref. 355

R. 12.





# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

## TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA DESPORTO E TURISMO

O contratado deve comprovar que atua em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos mínimos necessários:

- Estatuto social ou outro equivalente;
- Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e ou/Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da Lei;
- Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimentos dos encargos sociais instituídos por Lei;
- Regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.
- Certidão negativa de feitos sobre falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

Deverá também ser exigido ainda do licitante;

- Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- Declaração de que sua proposta econômica compreendem a integralidade dos custos em atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de entrega das propostas.

Deverá da empresa classificada em primeiro lugar, realizar a consulta das seguintes informações:

- **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS** ([ceiscadastro.cgu.gov.br](http://ceiscadastro.cgu.gov.br)) e o **Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP** ([portal.datransparencia.gov.br](http://portal.datransparencia.gov.br));

- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br));

- **Lista de Inidôneos**, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU ([contas.tcu.gov.br](http://contas.tcu.gov.br));

- Consultar a Regularidade perante a Fazenda Municipal de Nova Ramada da empresa.

A contratação fica submetida as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 pelo descumprimento do objeto contratado. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações aqui ajustadas poderá ser aplicado as seguintes penalidades:

**3.1.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro – Cep: 98758-000

Site: [www.novaramada.rs.gov.br](http://www.novaramada.rs.gov.br) / e-mail: [educa@novaramada.rs.gov.br](mailto:educa@novaramada.rs.gov.br)

*[Handwritten signature]*





# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

## TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA DESPORTO E TURISMO

**g)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**h)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**i)** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**j)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**l)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**m)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**3.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 3.1, as seguintes sanções, levando em consideração o contido no art. 156 e seguintes da Lei Federal 14.133, de 2021:

**a)** advertência;

**b)** multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

**c)** impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**3.3.** As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 3.2. poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.

**3.4.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 3.2 desse termo

**3.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**3.6.** A aplicação das sanções previstas no item 3.2. deste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**3.7.** Na aplicação da sanção prevista no item 3.2, alínea "b", do presente termo será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**3.8.** Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 3.2 do presente termo o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**3.9.** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**3.10.** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**3.11.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de

R R



# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

## TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA DESPORTO E TURISMO

(licitações realizadas pelo Município) veículos com características iguais as solicitadas pela Secretaria.

Neste sentido, segue indicação de potenciais fornecedores para a presente licitação:

1- GUARACAR FIAT – CNPJ: 88.952.577/0001-44

2- SPONCHIADO JARDINE VEICULOS LTDA – CNPJ: 00.485.542/0007-97

3-ITAIMBE AUTOMOVEIS LTDA. – CNPJ: 01.656.038/0001-80

O futuro fornecedor será selecionado mediante processo licitatório na modalidade pregão Eletrônico – Menor preço.

### 9. Estimativa do valor da contratação

Estima-se para a presente aquisição o valor total de R\$ 155.296,67 (cento e cinquenta cinco mil duzentos noventa seis reais e sessenta sete centavos), em anexo planilhas de custo.

Observa-se que o referido valor é compatível com a praticidade pelo mercado, de acordo com o disposto no Decreto Executivo nº 4.569/2023 e nos termos do Artigo 23 da Lei Federal 14.133/21.

### 10. Adequação orçamentária

De acordo com o projeto /atividade, fonte de recursos e detalhamento da fonte em planilha anexa, com o respectivo despacho do Setor de empenhos.

### 11. Envolve recursos provenientes de Transferências Voluntárias da União?

(x) NÃO.

( ) SIM. QUAL?

Nova Ramada, 08 de maio de 2023.

*Taciane Dalsasso*

Taciane Denise Uhde Dalsasso  
Agente Administrativo Auxiliar  
Responsável pela elaboração

*R V*



PROJETO / ATIVIDADE:				1.008 aquisição/renovação de veículos para uso da educação		CÓDIGO DA DESPESA: 8255	
Fonte de Recursos:		2500		Detalhamento da Fonte:		20	
MATERIAL PERMANENTE				VEÍCULOS DE TRASÃO MECÂNICA			
Cód.PAC	ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR.MÁX.ITEM	VLR.TOTAL	CÓD.ALMOX.
3	1	0,71	und	Veículo 0km, com no mínimo as seguintes itens: Ano de fabricação/modelo:2023/2023; Cabine dupla/ capacidade 5 passageiros; capota marítima/protetor de caçamba/tampa traseira com abertura por botão elétrico; Motor turbo ; 4 portas; Bancos em Couro; Ar condicionado quente e frio; Sensor de estacionamento traseiro;Direção Elétrica;Freios ABS;Sistema de Multimídia; biocombustível;cambio automatico ;travas elétricas/ alarme anti-furto; tapetes em borracha; vidros elétricos; camera de ré; air bag; Faróis de neblina;computador de bordo. Todos os equipamentos exigidos pela CTB e itens de serie.	155.296,67	110.000,00	24821
	2					-	
	3					-	
TOTAL DA DESPESA						110.000,00	

PROJETO / ATIVIDADE:				1.008 aquisição/renovação de veículos para uso da educação		CÓDIGO DA DESPESA: 8236	
Fonte de Recursos:		2599		Detalhamento da Fonte:		1033	
MATERIAL DE CONSUMO				VEÍCULOS DE TRASÃO MECÂNICA			
Cód.PAC	ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR.MÁX.ITEM	VLR.TOTAL	CÓD.ALMOX.
3	1	0,29	UNID.	Veículo 0km, com no mínimo as seguintes itens: Ano de fabricação/modelo:2023/2023; Cabine dupla/ capacidade 5 passageiros; capota marítima/protetor de caçamba/tampa traseira com abertura por botão elétrico; Motor turbo ; 4 portas; Bancos em Couro; Ar condicionado quente e frio; Sensor de estacionamento traseiro;Direção Elétrica;Freios ABS;Sistema de Multimídia; biocombustível;cambio automatico ;travas elétricas/ alarme anti-furto; tapetes em borracha; vidros elétricos; camera de ré; air bag; Faróis de neblina;computador de bordo. Todos os equipamentos exigidos pela CTB e itens de série.	155.296,67	45.296,07	24821
	2						
	3						
TOTAL DA DESPESA						155.296,07	

Taciane Denise  
Responsável pela Elaboração  
Taciane Denise Uhde Dalsasso

R.  
Secretário  
Volnir Rubert

Luiz 09/05/23  
Empenhos

Paulo 09.05.2023  
Almoxarifado

Classificação conforme anexo.  
09/05/23  
Mara D. Biancon  
Mara Denise Biancon  
Nº da Matrícula: 192-9/1  
Funcionária Autorizada



# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

## TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MA

<b>SOLICITAÇÃO Nº</b>	03/2023
<b>ASSUNTO:</b>	Aquisição de veículo

### 1. Definição do objeto

Aquisição de veículo novo, zero km, destinado aos trabalhos da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. A aquisição do referido veículo será para auxiliar nos deslocamentos para formação/capacitação, reuniões, visitas técnicas, para uso dos servidores da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, tendo em vista que será utilizado na substituição do Veículo Renault Logan 1.6 Expression, chassi 93YLSR7UHB850628, motor K7MJ714Q125423, renavan 333831926, placa ISA9736, que foi encaminhado para leilão (por isso não há necessidade de impacto financeiro).

O veículo não é considerado de luxo conforme estabelece o Decreto Executivo Municipal nº 4.567/2023, tendo em vista que tiverem suas características superiores justificadas, excepcionalmente, em face da necessidade de atender a demanda específica municipal e análise do custo/benefício evidenciar que o impacto decorrente da fruição do bem ultrapassa os custos de sua aquisição.

### 2. Fundamentação da contratação

A presente contratação está fundamentada na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, de acordo com o Estudo Técnico Preliminar nº 03/2023, de 08 de maio de 2023.

### 3. Descrição da solução como um todo

A solução proposta é a contratação de empresa do ramo atividade pertinente para o fornecimento de veículo zero km, com as características descritas em lista em anexo, o qual deverá ter garantia mínima de 36 meses sem limite de km, a contar da data de entrega.

### 4. Requisitos da contratação

A licitação para contratação do objeto se dará na modalidade de Pregão Eletrônico – Menor Preço.

O veículo deverá ser ofertado por empresa que tenha o ramo de atividade compatível com o objeto licitado. As características do veículo encontram-se nas planilhas anexas.

O veículo deverá ser entregue após a homologação do processo, assinatura do contrato e envio dos pedidos de empenho no e-mail cadastrado da empresa, em até 60 (sessenta) dias, junto à Prefeitura Municipal de Nova Ramada, localizada na Avenida Gustavo König, 95, Centro – Nova Ramada/RS, no horário das 08hs às 12hs e das 13hs às 17hs, com agendamento prévio através do telefone 55 99975-7098 com Sandro – Setor de Almoxarifado (**e-mail para envio das notas fiscais:** almoxarifado@novaramada.rs.gov.br), sem custos adicionais ao Município.

O frete do veículo ficará a cargo da contratada, que deverá entregar o veículo devidamente licenciado e emplacado em nome do Município de Nova Ramada.

O veículo deverá ter garantia de no mínimo 12 meses, sem limite de quilometragem, a contar da data de entrega.

O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias, após a entrega do veículo com as descrições solicitadas, emissão da respectiva Nota Fiscal (em nome do MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA) e recebimento definitivo pelo Setor de Almoxarifado e comissão designada por portaria.

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro – Cep: 98758-000

Site: [www.novaramada.rs.gov.br](http://www.novaramada.rs.gov.br) / e-mail: [agricultura@novaramada.rs.gov.br](mailto:agricultura@novaramada.rs.gov.br)

356  
B. A





# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

## TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MA

### **O orçamento não necessita ser sigiloso.**

O contratado deve comprovar que atua em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos mínimos necessários:

- Estatuto social ou outro equivalente;
- Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e ou/Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da Lei;
- Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimentos dos encargos sociais instituídos por Lei;
- Regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.
- Certidão negativa de feitos sobre falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

Deverá também ser exigido ainda do licitante:

- Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- Declaração de que sua proposta econômica compreendem a integralidade dos custos em atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de entrega das propostas.

Deverá da empresa classificada em primeiro lugar, realizar a consulta das seguintes informações:

- **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS** ([ceiscadastro.cgu.gov.br](http://ceiscadastro.cgu.gov.br)) e o **Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP** ([portal.datransparencia.gov.br](http://portal.datransparencia.gov.br));
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br));
- **Lista de Inidôneos**, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU ([contas.tcu.gov.br](http://contas.tcu.gov.br));
- Consultar a Regularidade perante a Fazenda Municipal de Nova Ramada da empresa.

A contratação fica submetida as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 pelo descumprimento do objeto contratado. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações aqui ajustadas poderá ser aplicado as seguintes penalidades:

**3.1.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;





# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

## TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MA

- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 3.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 3.1, as seguintes sanções, levando em consideração o contido no art. 156 e seguintes da Lei Federal 14.133, de 2021:
- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 3.3. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 3.2. poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.
- 3.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 3.2 desse termo
- 3.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 3.6. A aplicação das sanções previstas no item 3.2. deste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 3.7. Na aplicação da sanção prevista no item 3.2, alínea "b", do presente termo será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 3.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 3.2 do presente termo o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 3.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
- 3.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
- 3.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de





# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

## TERMO DE REFERÊNCIA

### SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MA

coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**3.12.** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**3.13.** A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 3.2 do presente termo exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

#### 5. Modelo de execução do objeto

O frete do veículo ficara a cargo da contratada.

O veículo deverá ter garantia de no mínimo 36 meses, sem limite de quilometragem, a contar da data de entrega.

#### 6. Modelo de Gestão do Contrato

Para a contratação pretendida haverá necessidade de elaboração de Contrato Administrativo, uma vez que a entrega ultrapassa 30 (trinta) dias e haverá compromissos futuros tendo em vista a garantia solicitada. A gestão será realizada pela servidora **Simone Chagas Rodrigues** – Agente Administrativo, matrícula nº 341-7/1, designada através da Portaria nº 135/2023. A fiscalização do objeto e prazos de entrega se dará pelo servidor **Sandro Cristiano Höring**, matrícula nº 564-9/1 responsável pelo Setor de Almoxarifado, designado pela portaria 138/2023, o qual poderá solicitar auxílio de Comissão a ser designada por portaria, para conferência e aceite do veículo.

#### 7. Critérios de medição e de pagamento

O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias, após a entrega dos veículos, emissão da respectiva Nota Fiscal (em nome do MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA) e recebimento definitivo pelo Setor de Almoxarifado ou Comissão a ser designada através de portaria.

No pagamento serão efetuadas as retenções conforme legislação vigente, devendo ser observado o Decreto Executivo Municipal nº 4.183/2021.

#### 8. Forma e critérios de seleção do fornecedor ou prestador de serviço

O futuro fornecedor será selecionado mediante processo licitatório na modalidade pregão Eletrônico – Menor preço.

Conforme pesquisa de mercado realizada, para solução da necessidade administrativa, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, vislumbra-se possível, sob o aspecto técnico e econômico, a contratação de empresa especializada e com ramo de atividade compatível com o objeto da presente licitação.

Tais referências foram obtidas através de pesquisa de preços com empresas participante de processos de contratações anteriores para o mesmo objeto e através de pesquisas de preços com outras empresas do ramo, uma vez que não há no Licitacom e no Portal de Compras



# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

## TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MA

(licitações realizadas pelo Município) veículos com características iguais as solicitadas pela Secretaria.

Neste sentido, segue indicação de potenciais fornecedores para a presente licitação:

- 1- ITAIMBÉ AUTOMÓVEIS LTDA. – CNPJ: 01.656.038/0001-80
- 2- Mecautor MEC. COM. AUT. LTDA – CNPJ: 87.704.151/0005/32
- 3- GAMBATTO C1 VEÍCULOS LTDA. – CNPJ: 07.297.646/0003-93

### 9. Estimativa do valor da contratação

Estima-se para a presente aquisição o valor total de R\$ 122.330,00 (cento e vinte e dois mil trezentos e trinta reais), em anexo planilhas de custo.

Observa-se que o referido valor é compatível com a praticidade pelo mercado, de acordo com o disposto no Decreto Executivo nº 4.569/2023 e nos termos do Artigo 23 da Lei Federal 14.133/21.

### 10. Adequação orçamentária

De acordo com o projeto /atividade, fonte de recursos e detalhamento da fonte em planilha anexa, com o respectivo despacho do Setor de empenhos.

### 11. Envolve recursos provenientes de Transferências Voluntárias da União?

☒ NÃO.

☐ SIM. QUAL?

Nova Ramada, 08 de maio de 2023.

Enaida Bilibio Lemanski  
Responsável pela elaboração

Em acordo:

Nova Ramada, 05 de maio de 2023.

Tiago Cristiano Speroni  
Secretário Municipal de Agricultura e MA

Parecer do Responsável financeiro:

☒ Há recursos financeiros disponíveis

☐ A disponibilidade ocorrerá de acordo com o repasse federal/estadual

☐ Não há previsão de disponibilidade de recursos financeiros antes de \_\_\_\_\_

Nova Ramada, 08 de maio de 2023.

Cristina Breitenbach da Silva  
Secretária Municipal da Fazenda




ANEXO AO TERMO DE REFERÊNCIA Nº 03/2023


FR - 1500 - 8237 - 90.000,00  
FR - 2500 - 8238 - 35.000,00

PROJETO / ATIVIDADE:		AQUISIÇÃO/RENOVAÇÃO DE VEÍCULOS PARA AGRICULTURA		CÓDIGO DA DESPESA: 1.015	
Fonte de Recursos:		1.500		Recursos Não Vinculados a Impostos	
MATERIAL DE CONSUMO		Veículo de Tração Mecânica		Detalhamento da Fonte:	
Cód.PAC	ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	
2	1	1	UND	Veículo 0km, com no mínimo as seguintes itens: Ano de fabricação/modelo:2023/2023;Motor Potência 110CV;Capacidade par 5 pessoas; 4 portas, Bancos em Couro; Altura do solo: 20,5cm; Ar condicionado quente e frio;Sensor de estacionamento traseiro;Direção Elétrica;Freios ABS;Sistema de Multimídia. Bem como os demais itens de série do Veículo.	
TOTAL DA DESPESA				VLR.MÁX.ITEM	VLR.TOTAL
				122.330,00	122.330,00
					24820
					122.330,00

  
Eneida Bilibio Lemanski  
Responsável pela Elaboração

  
Tiago Cristiano Speroni  
Secretário

  
Empenhos 09/05/23

  
Almoxarifado 09.05.23

Classificação conforme anexo.  
Mara D. Bianchi

09/05/23  
Mara Denise Bianchi  
Nº da Matrícula: 192-9/1  
Funcionária Autorizada